RELEVÂNCIA DA AUTOAVALIAÇÃO PARA A GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Ivan dos Santos Oliveira. ivanoliveira@ifpi.edu.br Instituto Federal do Piauí, Doutor em Educação.
José Carlos Rothen joserothen@ufscar.br Universidade Federal de São Carlos, Doutor em Educação
Thiago de Jesus Esteves thiagoesteves@yahoo.com.br Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Doutor em Educação

Resumo

O trabalho tem por objetivo analisar a relevância das autoavaliações institucionais para as ações de gestão e de planejamento em Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. Para isso, utilizou-se desse aspecto como um dos parâmetros para a meta-avaliação somativa dos relatórios finais de autoavaliação de 13 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são instituições que ofertam educação básica, profissional e superior. A análise desse parâmetro nos relatos das experiências autoavaliativas meta-avaliadas permitiu verificar que as avaliações, majoritariamente, evidenciaram articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional de suas IES, o que denota certo alinhamento das ações de avaliação com as ações de planejamento. Também, verificou-se que as avaliações produzem informações capazes de subsidiar a tomada de decisão e as ações de gestão das instituições. Entretanto, problemas referentes aos aspectos da globalidade e da continuidade, bem como a baixa participação dos sujeitos da comunidade interna nas etapas do processo autoavaliativo comprometem negativamente a legitimidade dessas avaliações e, portanto, sua relevância e aplicabilidade.
Palavra-chave: autoavaliação, educação superior, gestão.

RELEVANCE OF SELF-ASSESSMENT FOR THE MANAGEMENT OF HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN BRAZIL

Abstract

The aim of the work is to analyze the relevance of institutional self-assessments for management and planning actions in Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil. To achieve this, this aspect was used as one of the parameters for the summative metaevaluation of the final self-evaluation reports of 13 Federal Institutes of Education, Science and Technology, which are institutions that offer basic, professional and higher education. The analysis of this parameter in the reports of metaevaluated self-evaluative experiences allowed us to verify that the evaluations, for the most part, showed articulation with the Institutional Development Plan of their HEIs, which denotes a certain alignment of evaluation actions with planning actions. It was also found that assessments produce information capable of supporting decision-making and management actions at institutions. However, problems relating to aspects of globality and continuity, as well as the low participation of subjects from the internal community in the stages of the self-evaluation process, negatively compromise the legitimacy of these evaluations and, therefore, their relevance and applicability.
Keyword: self-evaluation, higher education, management

Introdução

Este texto tem por objetivo analisar a relevância das autoavaliações institucionais para as ações de gestão e de planejamento em Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. É um recorte de uma pesquisa maior, a qual teve como objetivo geral compreender e caracterizar os processos de autoavaliação institucional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em vista os aspectos emancipatórios da avaliação.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições que refletem as condições histórico-temporais em que estão inseridas, sendo afetadas, em todos os âmbitos, pelas diretrizes do pensamento hegemônico presente na educação brasileira. São instituições complexas, pluricurriculares e multicampi, as quais ofertam educação superior, básica e profissional, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008).

Essas instituições foram formados a partir de outras instituições já existentes, algumas centenárias, e fazem parte de uma rede: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, portanto, suas políticas institucionais são implementadas de maneira integrada, mas respeitando as especificidades, missões e autonomia de cada Instituto Federal (IF).

Ao todo, são, em 2023, 38 (trinta e oito) Institutos espalhados em todos os estados do território nacional, totalizando 600 (seiscentos) campi em funcionamento. Possuem autonomia pedagógica, financeira e administrativa e são contemplados dentro do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Tal sistema de avaliação, tem como aspiração, melhorar a qualidade da educação superior brasileira.

Dessa forma, é incentivada dentro dessas instituições uma cultura de autoavaliação institucional, conduzida mormente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que é composta por professores, técnicos em educação e educandos, eleitos por seus pares. Por se tratarem de instituições multicampi, existe uma CPA central, geralmente vinculada à Reitoria, e uma CPA local em cada campus que têm a função de, dentre outras, diagnosticar e sugerir a resolução dos principais problemas e dificuldades apontados pela comunidade escolar, por meio de instrumentos de coleta de dados disponibilizados a todos e todas.

Como produto desse processo, são elaborados pela CPA central Relatórios Gerais de Autoavaliação Interna com dados quantitativos e análises qualitativas que refletem a realidade do espaço escolar em diversas dimensões, sejam elas ao nível estrutural, comunicativo, organizacional ou pedagógico. O Relatório de Autoavaliação Interna, que é uma exigência do SINAES e apresentado à comunidade interna e externa ao final de cada processo de autoavaliação, condensa a análise dos dados e das informações de todos os campi avaliados da IES.

Para compreender a relevância da autoavaliação nos processos de gestão e de planejamento dessas IES, recorremos ao arcabouço teórico-metodológico da meta-avaliação somativa, que é a avaliação de avaliações já finalizadas. Elaboramos 14 parâmetros meta-avaliativos, dentre os quais, um denominado de relevância ou aplicabilidade, que procura aferir se a avaliação se articula com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e se produz subsídios capazes de nortear a tomada de decisão e o planejamento institucional. Desse modo, esse parâmetro configura-se com um tipo de síntese da utilidade da autoavaliação institucional para as ações de gestão e de planejamento da IES, tendo em consideração, para isso, outros

parâmetros emancipatórios como a participação, a globalidade, a comparabilidade e a legitimidade, como aspectos referentes à sua análise e determinação.

Os critérios definidos para a análise deste parâmetro foram organizados da seguinte forma:

a) Não atende: o relatório não evidencia como a avaliação se articula com o PDI e/ou apresenta baixas taxas de participação e/ou não atendimento dos critérios de globalidade, de comparabilidade e de legitimidade;

b) Atende parcialmente: o relatório evidencia como a avaliação se articula com o PDI e/ou apresenta boas taxas de participação e/ou atendimento parcial dos critérios de globalidade, de comparabilidade e de legitimidade;

c) Atende plenamente: o relatório evidencia como a avaliação se articula com o PDI, apresenta boas taxas de participação e pleno atendimento dos critérios de globalidade, de comparabilidade e de legitimidade.

Tendo isso em mente, procedemos à leitura e análise dos relatórios para verificar o nível de relevância dos resultados da avaliação para as ações de gestão e de planejamento daquelas IES.

Análise dos aspectos referentes à aplicabilidade ou relevância

A análise das informações provenientes da meta-avaliação das experiências autoavaliativas evidenciou que nenhuma avaliação da amostra apresentou não atendimento do parâmetro aplicabilidade ou relevância, que as 13 (100%) avaliações apresentaram atendimento parcial e que nenhuma avaliação apresentou pleno atendimento do parâmetro, de modo que, majoritariamente, as experiências autoavaliativas meta-avaliadas não deixam de atender a algum dos aspectos do parâmetro, mas também não os satisfazem plenamente. Assim, entende-se que a análise dos aspectos emancipatórios formadores do parâmetro aplicabilidade ou relevância evidenciam a complexidade dos processos autoavaliativos analisados.

Verificou-se que, com exceção dos relatórios do Instituto Federal do Ceará (IFCE) e do Instituto Federal do Piauí (IFPI), as experiências autoavaliativas meta-avaliadas evidenciaram, em níveis variados, a articulação entre a avaliação interna e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, as autoavaliações, em sua maioria, por conta desse aspecto, evidenciam sua aplicabilidade e relevância para o planejamento institucional, haja vista produzirem informações significativas que podem subsidiar o planejamento estratégico e as práticas de gestão institucional. Esse PDI é um importante instrumento de planejamento e de gestão das IES, o qual tem como função subsidiar o planejamento institucional pelo período de cinco anos. Além disso, a apresentação desse documento é uma das exigências para iniciar o pedido de credenciamento de uma IES, conforme art. 20º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Do mesmo modo que a avaliação interna, o processo de construção do PDI deve ser coletivo e consultivo, incentivando a participação da comunidade interna para a definição ou ratificação da missão institucional, da visão e dos valores formativos, bem como, traça as suas metas e planos educacionais e administrativos, as suas linhas de ações pedagógicas e contribui para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas, conforme a sua estrutura organizacional. Além disso, a avaliação do PDI, juntamente com a missão institucional, constituem uma das dimensões a serem avaliadas pela avaliação institucional, conforme a lei do SINAES.

Nesse entendimento, Segenreich (2005, *apud* Sguissardi 1997) considera que o PDI pode se constituir como uma espécie de fio condutor para qualquer processo de avaliação institucional, à medida que nele são definidas as metas da instituição e as estratégias para efetivá-las, constituindo-se como um tipo de modelo ideal para o que se quer construir internamente na IES, e servindo, portanto, como referência para a autoavaliação. “Um plano de desenvolvimento institucional, nessa perspectiva, poderia espelhar a tradução, a médio prazo, das propostas de uma instituição de ensino superior no sentido de consolidar sua trajetória” (Segenreich, 2005, p. 151).

De fato, é fundamental que a avaliação interna seja capaz de analisar estratégias malsucedidas de resolução de problemas, além de identificar e analisar as causas dos problemas que continuam a aparecer avaliação após avaliação, com o intuito de aprimorar as práticas institucionais. Para que isso se concretize, consideramos de boa medida que as equipes avaliadoras, no planejamento da avaliação e de seus instrumentos, tenham em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional e articulem o processo avaliativo com o planejamento estruturado, para que a avaliação possa cumprir sua finalidade (Belloni, 1996; 1999; Luck, 2012) de nortear as tomadas de decisões, tendo em vista o aperfeiçoamento ou a reconstrução da realidade avaliada.

Ainda no que se refere a esse aspecto, chama a atenção o fato da avaliação interna do IFCE, o qual, como já apontado anteriormente, possui conceito máximo na avaliação institucional externa, não evidenciar articulação da avaliação interna com o PDI. Essa constatação nos leva a inferir sobre a provável baixa relevância que essa autoavaliação tenha para as ações de gestão e de planejamento, e a consequente desvalorização e enfraquecimento da autoavaliação nessa IES.

Apesar de, majoritariamente, evidenciarem articulação com o PDI, as experiências autoavaliativas meta-avaliadas por esta pesquisa apresentaram, quase que integralmente, baixas percentagens de participação dos sujeitos da comunidade interna, com exceção do segmento discente no IFCE e dos segmentos referentes aos servidores no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Essa constatação influiu negativamente na análise do parâmetro legitimidade das autoavaliações, conferindo a elas atendimento parcial e limitando, portanto, a relevância dessas avaliações para as ações de planejamento e de gestão.

Consideramos que, em conjunto com outros aspectos como o público reconhecimento da equipe avaliadora e de sua capacidade técnica por parte da comunidade interna, a efetiva participação dos sujeitos interessados na avaliação confere relevância a todo o processo autoavaliativo, bem como, legitima seus resultados junto aos responsáveis pelas ações de gestão e pelo planejamento institucional. É bem como considera Heloísa Luck (2012):

> A avaliação institucional é efetiva na medida em que os professores e servidores da escola, pais e alunos são envolvidos, como uma equipe, de forma crítica e integrada. [...] Com essa ótica, a escola é fortalecida como instituição que se conhece e assume os desafios de sua melhoria contínua; o espírito de equipe e a consciência de responsabilidades conjuntas são desenvolvidos; o desempenho e competências dos profissionais são ampliados e, em decorrência, os alunos recebem educação de melhor qualidade (Luck, 2012, p. 50-51).

Com relação aos aspectos globalidade e comparabilidade que conferem aplicabilidade e relevância, as experiências autoavaliativas meta-avaliadas apresentaram atendimentos diversificados que perpassam desde o nível do não atendimento ao pleno atendimento. Chama a atenção a situação da avaliação interna

do Instituto Federal de Brasília (IFB), que apresentou não atendimento desses dois aspectos, de modo que, podemos afirmar, sua relevância ou aplicabilidade aparenta ser bastante comprometida. Também chama a atenção o fato de, como já informado, o IFB obteve nível 5 na avaliação institucional externa, mesmo com uma avaliação interna afetada negativamente em seus aspectos de globalidade e de comparabilidade, o que pode apontar para um possível descompasso no que se refere aos aspectos emancipatórios da avaliação entre as duas modalidades de avaliação institucional.

Por outro lado, as experiências autoavaliativas meta-avaliadas do Instituto Federal de Goiás (IFGO), do Instituto Federal do Pará (IFPA) e do IFSP apresentaram pleno atendimento dos aspectos globalidade e comparabilidade, reforçando suas potenciais aplicabilidades e relevâncias para as ações de gestão e de planejamento institucionais.

No caso do IFGO, a partir da análise do relato, não foram verificadas evidências que apontem para a predominância de uma abordagem avaliativa vinculada à racionalidade neoliberal. A avaliação apresenta bom desempenho na análise dos parâmetros, sobretudo àqueles de ordem técnico-operacionais, como globalidade e comparabilidade. Produz subsídios para as tomadas de decisões e para o planejamento das políticas internas, ilumina a realidade, produz autoconhecimento da instituição, discute os problemas e propõe melhorias.

No caso do IFPA, o relato apresenta uma perspectiva de avaliação entendida enquanto ferramenta norteadora dos processos de gestão da IES e indutora de melhorias. Chama a atenção o fato do relato evocar a necessidade do cumprimento das normativas do INEP e do próprio SINAES, como justificativa para a realização da autoavaliação na instituição, o que, de certa forma, pode acenar para uma postura burocrática em relação ao processo.

No caso do IFSP, permeado quase integralmente por uma linguagem técnica e apolítica, o relato evidencia preocupação com a melhoria das práticas internas da IES, atribuindo, assim, à avaliação, a função, quase que exclusiva, de instrumento para as ações de gestão e de planejamento, e ao relatório a função de meio para prestação de contas dessas ações (*accountability*). Desse modo, a avaliação assume uma perspectiva de avaliação como ferramenta de gestão, instrumento gerencial para aferição, revisão e construção.

Considerações Finais

Enfim, o parâmetro de valor aplicabilidade ou relevância da avaliação objetiva verificar a utilidade da autoavaliação institucional para a consolidação do ciclo planejamento, ação, avaliação e *feedback* (Luck, 2012), tendo em vista o aperfeiçoamento das práticas nas instituições educativas.

A análise desse parâmetro nos relatos das experiências autoavaliativas meta-avaliadas por esta pesquisa permitiu verificar que as avaliações apresentaram atendimento parcial desse parâmetro, principalmente porque, majoritariamente, evidenciaram articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional de suas IES, o que denota certo alinhamento das ações de avaliação com as ações de planejamento. Também, verificou-se que as avaliações produzem informações capazes de subsidiar a tomada de decisão e as ações de gestão das instituições.

Entretanto, problemas referentes aos aspectos da globalidade e da continuidade, bem como a baixa participação dos sujeitos da comunidade interna nas etapas do processo autoavaliativo comprometem negativamente a legitimidade dessas avaliações e, portanto, sua relevância e aplicabilidade.

Referências

Belloni, Isaura. (1996). A universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 1, n. 2.

Belloni, Isaura. (1999). Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 5, n. 9, p. 7-30.

Brasil. (2008, dezembro 19). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008). *Diário Oficial da União*, Brasília.

Luck, Heloísa. (2012). *Perspectivas da avaliação institucional da escola*. Petrópolis: Vozes.

Segenreich, Stella Cecília Duarte. (2005). O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência. *Ensaio: aval. pol. públ. educ*., Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 149-167.